

Relativos a investimentos e melhoria da viabilidade das zonas florestais

PRODERAM 2020 permitiu aprovação de 51 projetos

10

HECTARES ESTÃO A SER INTERVENCIONADOS NA FREGUESIA DO CAMPANÁRIO

1.065

O TOTAL DA ÁREA DE HECTARES JÁ INTERVENCIONADA

FLORESTAS

Carla Ribeiro

carlaribeiro@jm-madeira.pt

A Região tem diversas intervenções em áreas florestais, sendo uma delas em Campanário. Além da limpeza, o investimento prevê a construção de um reservatório de água.



São várias as áreas de intervenção, sendo uma delas em Campanário.

A Madeira já conseguiu a aprovação de 51 projetos correspondentes a uma área de 1.065 hectares. Isto segundo dados do PRODERAM 2020, relativos à 'Medida 8 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas'.

Este número foi fornecido ao JM pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais. A propósito desta questão, a Secretaria tutelada por Susana Prada recorda ao Jornal que está em curso, a ex-

ecução de uma intervenção florestal numa área de 10 hectares na Estrada da Partilha, freguesia de Campanário, no concelho da Ribeira Brava.

Esta intervenção, alicerçada em duas candidaturas feitas ao abrigo da 'Medida 8' consiste na limpeza de matos e no controlo de vegetação invasora. Por outro lado, visa também a estilagem de despojos lenhosos e a plantação de cerca de 10 mil exemplares de espécies folhosas, maioritariamente indígenas, bem como a cobertura de 4,5 hectares através de hidrossementeira.

Ainda segundo a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais ao JM, o investimento em causa prevê ainda a construção de um reservatório de água com 100 mil litros de capacidade e a abertura de 1.285 metros de caminhos florestais.

Susana Prada afirma que a existência e a manutenção de uma rede viária florestal em boas condições é fundamental no âmbito da defesa da floresta contra incêndios pois permite a circulação de equipas de vigilância e de primeira

intervenção dentro dos espaços florestais e possibilita o rápido acesso dos meios de combate aos locais de incêndio. O projeto que decorre é da responsabilidade da Floresturis-Unipessoal, Lda e ascende a um valor de 230 mil euros, apoiados entre 90 a 100 por cento por fundos comunitários.

Prada adianta que a medida assegura a adoção de um conjunto de iniciativas de gestão florestal adequadas, que contribuem para a melhoria do coberto vegetal daquela área e para o aumento da se-

gurança das populações que vivem a jusante.

A secretária regional do Ambiente afirma que a limpeza de áreas florestais tem constituído uma prioridade, com um esforço repartido de três formas. Primeiro, é assumido diretamente esse papel nas áreas sob gestão pública, que representa 40% da floresta. Depois, através do apoio ao investimento aos proprietários de terrenos florestais pelo Programa de Desenvolvimento Rural da RAM, financiado até 100% do custo da intervenção. Há ainda o fomento e a aproximação entre as empresas especializadas neste tipo de trabalhos e os proprietários de terrenos em áreas florestais.

Nos dois últimos anos, foram limpos mais de 800 hectares da área ocupada por espécies invasoras, como a carqueja, a giesta, eucaliptos e acácias.

A informação acrescenta também que, anualmente, são emitidas cerca de 300 licenças de corte de árvores, implicando um acompanhamento técnico e fiscalizador continuado, para garantir que, após o corte, o material lenhoso seja retirado do terreno.



Os terrenos incultos estão a ser 'acompanhados' pelo Governo.

Municípios com papel preponderante

A Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais admite que os municípios da Região estão a ter um papel essencial na prevenção dos incêndios florestais. É que as medidas de prevenção que se encontram atribuídas ao Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, também se aplicam aos terrenos incultos e agrícolas e aos municípios nas demais áreas. Tem havido uma cooperação estreita entre o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza e as autarquias, a qual

passa, quer pelo reencaminhamento de eventuais denúncias, quando a entidade que recebe não é competente em razão da localização do terreno, quer pela sinalização dos espaços cuja limpeza se afigura urgente e, ainda, pela identificação dos seus proprietários.

Susana Prada garante que, em resultado das ações de sensibilização promovidas pelo Executivo madeirense e, ainda, pelo exemplo que tem dado com a limpeza das áreas sob a sua jurisdição, tem sido verificado que os privados es-

tão a adotar, cada vez mais uma atitude responsável.

A governante admite, no entanto, que continua a haver dificuldade em identificar os legítimos proprietários dos terrenos.

A secretária regional da tutela adianta que o Instituto das Florestas tem pautado a sua atuação por uma lógica pedagógica, sensibilizando, 'in loco', os proprietários para a importância do seu papel na prevenção dos incêndios florestais. A punição só ocorre em última instância.

FOTO: JONATA SOUSA